

NOTA DE IMPRENSA

Parlamento deve ter acesso a todos os elementos que levam o Governo a suspender atividade da Sinaga

O grupo parlamentar do PSD/Açores defende que o Governo deve apresentar e explicar no parlamento todos os elementos que conduziram à decisão do executivo açoriano de suspender a atividade transformadora da Sinaga, empresa adquirida pela Região em 2010 e que agora vê a sua atividade reduzida ao empacotamento de açúcar importado.

Segundo António Almeida, deputado e porta-voz do PSD/Açores para a Agricultura, “o Governo, que responde perante o parlamento, deve uma explicação cabal sobre os fundamentos que levaram a essa tomada de decisão sobre uma empresa que é pública e que tinha como missão estratégica a diversificação do setor agrícola nos Açores”.

Assim sendo, os deputados do PSD/Açores com assento na Comissão de Economia requereram a audição, com caráter de urgência, nesta Comissão do parlamento açoriano, do vice-presidente do Governo dos Açores, Sérgio Ávila, e do secretário regional da Agricultura e Florestas, João Ponte.

António Almeida sublinha que a audição dos dois governantes é “essencial”, tendo em conta que a Ilhas de Valor S.A, empresa detentora do capital maioritário da Sinaga, é tutelada por Sérgio Ávila e uma vez que a transformação de beterraba sacarina é uma agroindústria com relevância na diversificação do setor agrícola, setor tutelado por João Ponte.

“O parlamento açoriano deve estar dotado de todos os elementos de caráter técnico, económico, financeiro e legal relativos à aquisição, atividade e alteração do objeto e missão da Sinaga, bem como da sua situação atual e perspectivas futuras da empresa e da fileira de produção de beterraba e açúcar, visto ter sido referido o caráter suspensivo da atividade transformadora”, fundamentam os social-democratas no requerimento.

A informação pública da Sinaga desde 2010, aquando da decisão de compra pelo Governo dos Açores, até 2016 apresenta indicadores económicos e financeiros preocupantes com prejuízos anuais significativos, a par da irregular área de cultivo de beterraba, do número de agricultores e da produção de açúcar.

Sete anos após a intervenção do Governo regional, a empresa está numa situação de falência técnica, com um passivo de quase 27 milhões de euros, soma prejuízos consecutivos e sofre de um total estrangulamento de tesouraria.

Horta, 06 de novembro de 2017

Laurénio Tavares

Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

ltavares@alra.pt